

Orçamento 2018

Introdução e enquadramento

Pelo segundo ano consecutivo o orçamento de estado propõe um aumento das verbas destinadas às autarquias e conseqüentemente às freguesias. Consideramos esta inversão como muito positiva e reiteramos que é preciso continuar este caminho. Recordamos que em anos transatos as freguesias perdiam, por não cumprimento da Lei das Finanças Locais, cerca de 20 000 000 €. É preciso continuar neste sentido, para que a implementação de uma justa política fiscal, em todas as suas dimensões, alterando o regime das finanças locais de forma a garantir a redução dos encargos fiscais sobre os trabalhadores, o povo e as micro, pequenas e médias empresas, e o aumento da tributação sobre os que mais têm e ao mesmo tempo fazendo a conjugação entre a participação das autarquias nos impostos do Estado e a definição de fontes de financiamento alternativas para as autarquias que permitam desonerar as populações de taxas e impostos.

Registamos que o processo de descentralização em curso poderá originar grandes mudanças nas autarquias. Lamentamos que no tempo em que estamos a construir as grandes opções do plano e orçamento para 2018 não termos conhecimento de quais serão as competências. Aconselhava-se que o processo já estivesse concluído ou então que se aprofundassem as questões durante o ano de 2018.



No entanto, e à semelhança de outros anos, existem algumas anormalidades neste Orçamento de Estado que é importante dar a conhecer aos membros da Assembleia de Freguesia. As cativações para o Serviço Nacional de Saúde são o melhor exemplo, retirando verbas às autarquias, verbas que os trabalhadores deste sector já pagam como qualquer português e que às autarquias são retiradas automaticamente segundo uma regra que faz calhar a cada trabalhador um montante pago pela autarquia.

Tendo em atenção o que anteriormente foi escrito, o presente documento previsional assenta numa estratégia que visa a melhoria do serviço público aumentando os níveis de eficácia e eficiência. Os excelentes resultados nos últimos anos, alicerçados numa metodologia de gestão participada e da partilha de objetivos sectoriais assumidos por toda a organização, são os melhores indicadores de que se deve continuar a implementar um efetivo e rigoroso controlo dos fluxos financeiros gerados (entradas e saídas de fundos), com um correto planeamento de aquisição de bens e serviços e com um correto e eficaz controlo dos custos fixos e correntes.

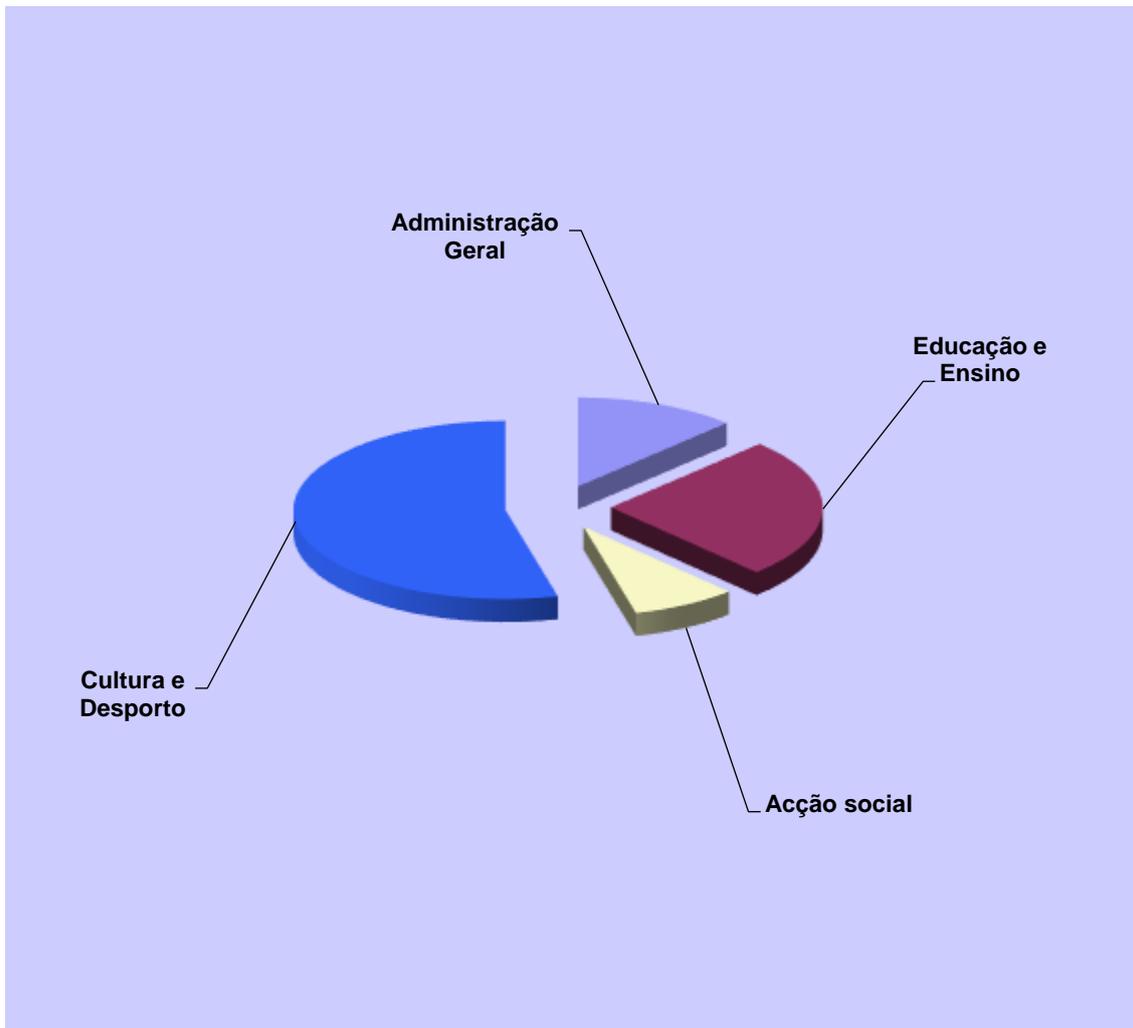


Do ponto de vista dos meios financeiros orçamentais provisionalmente estabelecidos para as principais rubricas da despesa, registam-se os respetivos pesos relativos no contexto geral. Na despesa corrente, as despesas com pessoal atingem mais de 50% o que em correspondência com o trabalho efetuado está de acordo aos princípios de planeamento e gestão, bastando consultar a proposta de Grandes Opções do Plano para 2018 para percebermos a quantidade e a qualidade do trabalho previsto. As aquisições de bens e serviços atingem cerca de 22% e as transferências correntes um valor na ordem dos 15%, estando as despesas de capital previstas num valor sensivelmente a 16,5%.

Neste contexto, podemos continuar a reafirmar que as futuras disponibilidades irão assumir um papel relevante no apoio e desenvolvimento aos setores sociais e económicos, numa complementaridade que classificamos de básica e essencial nos diferentes vetores de intervenção da freguesia, contribuindo significativamente para elevar os níveis de qualidade de vida.

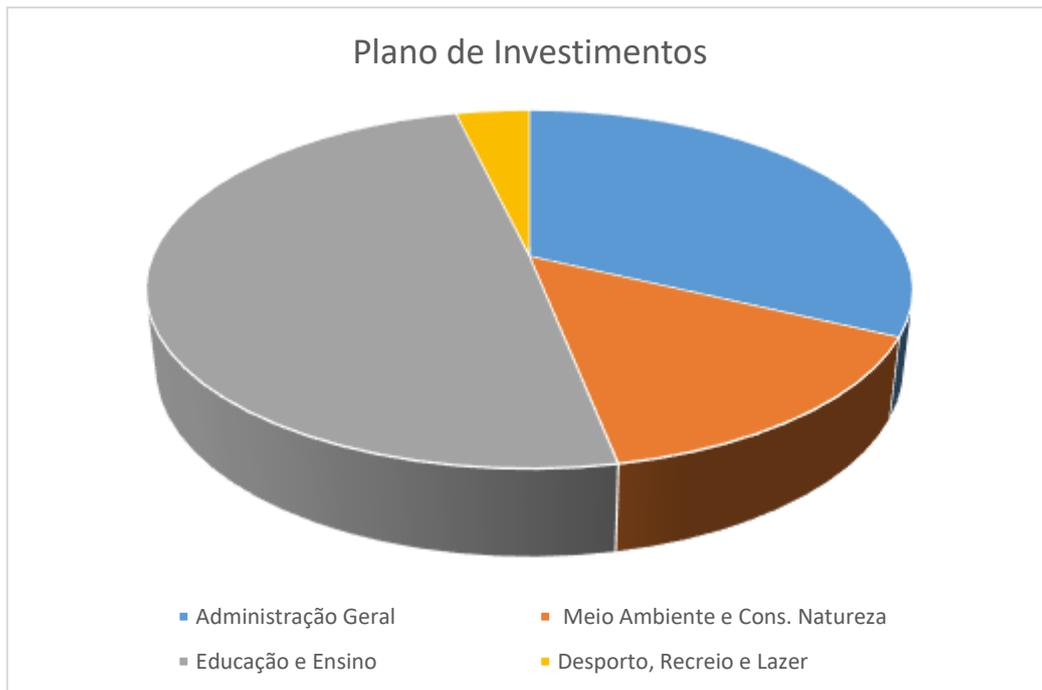
Esta proposta de exercício para 2018 obedeceu às boas regras determinadas pela legislação em vigor.

No que respeita ao Plano de Atividades o gráfico seguinte exemplifica as nossas previsões.



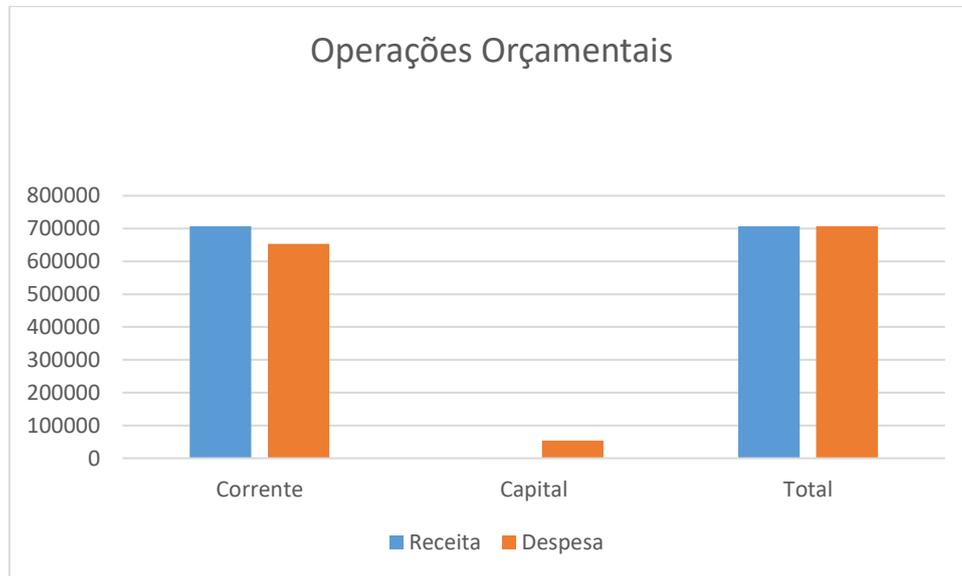
No que toca aos investimentos previstos destacamos a continuação do Plano de Manutenção dos Equipamentos de Ensino Básico do 1º Ciclo. Agora assumidamente com uma aposta na climatização de salas de aula, aposta determinada com base na experiência acumulada e na participação das coordenadoras dos Equipamentos Escolares do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Destacamos também os investimentos previstos com o apoio às melhorias de equipamentos desportivos e sedes sociais de associações e coletividades das freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira.

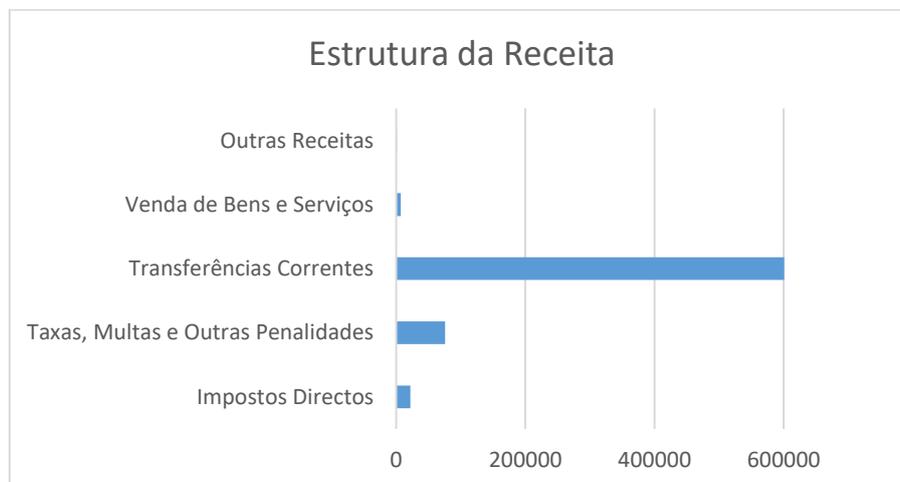


A normalização contabilística em Portugal para o setor público encontrava-se desatualizada e inconsistente face às IPSAS – Normas Internacionais de Contabilidade para o setor público e face ao SNC - Sistema de Normalização Contabilístico ajustado às normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS). Por outro lado o sistema contabilístico no setor público, baseado no POC e Planos setoriais encontrava-se fragmentado e assente em normativo nacional na base POCAL, entretanto revogado. O POCAL data de 1989. Havia necessidade integrar os vários planos num só e assim surgiu o SNC - AP. Tem havido um enorme esforço da nossa organização de acompanhar os processos de mudança com várias formações e sessões frequentadas. Este orçamento será ainda feito com as normas e regras do POCAL e o exercício será normalizado pelas novas regras e normas a partir do início de 2018.

Operações Orçamentais			
	Corrente	Capital	Total
Receita	706535	0	706535
Despesa	653035	53500	706535



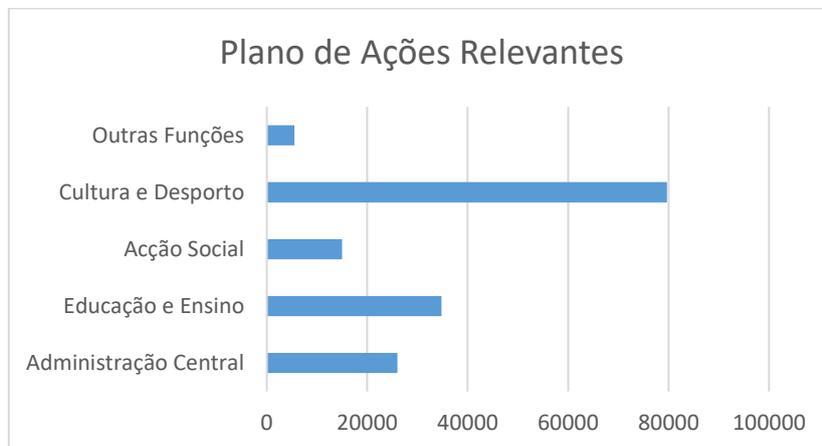
Estrutura da Receita		
	Orçamento	%
Impostos Directos	22000	3,11
Taxas, Multas e Outras Penalidades	75700	10,71
Transferências Correntes	600935	85,05
Venda de Bens e Serviços	7000	0,99
Outras Receitas	900	0,13
Total	706535	100,00



Estrutura da Despesa		
	Orçamentado	%
Pessoal	375785	53,19
Aquisição de Bens e Serviços	158350	22,41
Transferências Correntes	117050	16,57
Outras Despesas Correntes	1850	0,26
Aquisição de Bens de Investimento	53500	7,57
Total	706535	100,00



Plano de Acções Relevantes (PPA)		
	Previsto	%
Administração Central	26000	16,15
Educação e Ensino	34800	21,61
Acção Social	15000	9,32
Cultura e Desporto	79700	49,50
Outras Funções	5500	3,42
Total	161000	



Plano de Investimentos		
Administração Geral	20500	39,05
Meio Ambiente e Conservação da Natureza	5000	9,52
Educação e Ensino	25000	47,62
Desporto, Recreio e Lazer	1500	2,86
Mercados e Feiras	500	0,95
Total	52500	100,00

